



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.011994/2021-28

### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados para o fornecimento de periódicos (assinatura) de Jornais na versão "digital" para atender às necessidades do Ministério da Educação-MEC, conforme tabela a seguir:

Item	Assinatura Digital/Periódico	CATSERV	Quantidade
1	Jornal Correio Braziliense	23108	1
2	Jornal Estado de São Paulo	23108	1
3	Jornal O Globo	23108	1

1.2. O objeto da Contratação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de assinaturas digitais de jornais.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.5. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- 1.5.1. Encarte "A" - Modelo de Proposta de Preços;
- 1.5.2. Encarte "B" - Modelo de Recebimento Provisório;
- 1.5.3. Encarte "C" - Modelo de Recebimento Definitivo;
- 1.5.4. Encarte "D" - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços continuados para o fornecimento de periódicos (assinatura) de Jornais na versão "digital" para atender ao Ministério da Educação-MEC, tendo em vista o encerramento, em 10/10/2021, do Contrato 27/2016 (SEI 0408958), firmado com a BANCA OPÇÃO COMÉRCIO DE JORNAIS E REVISTAS LTDA-ME.

2.2. A continuidade da prestação do serviço justifica-se pelo fato do ministro da Educação, em razão da complexidade de seu cargo, necessitar de acompanhamento, em tempo real, da repercussão das políticas públicas e ações desenvolvidas no âmbito de atuação do órgão, de modo a agir tempestivamente para promover os ajustes necessários visando a melhoria no desempenho das atividades institucionais e maior satisfação do cidadão. Com isto, faz-se necessária a aquisição de insumos de informação que contribuam para a formulação/melhoria de políticas públicas e para subsidiar tomadas de decisão.

2.3. Após levantamento realizado pela Assessoria de Comunicação Social (ACS), por meio do Ofício-Circular nº 6/2021/GAB/ACS/GM/GM-MEC (SEI 2843691), constatou-se a necessidade de aquisição de assinaturas apenas para o Gabinete do Ministro - GM, uma vez que as secretarias finalísticas não possuem interesse na continuidade do serviço prestado no âmbito do Contrato nº 27/2016 (SEI 0408958), conforme verifica-se no Ofício nº 152/2021/GAB/ACS/GM/GM-MEC (SEI 2876792).

2.4. O pedido dos três periódicos, acima identificados, é de suma importância para o chefe da Pasta na formulação de políticas públicas e nas tomadas de decisão, uma vez que por meio dessas publicações ocorre relativa parte de seu conhecimento dos fatos que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, acompanhando diariamente as informações divulgadas pela imprensa escrita sobre os projetos e programas da educação brasileira, sociedade, política, economia, finanças, etc.

2.5. Ressalte-se que a assinatura dessas ferramentas auxilia o ministro, por exemplo, nas situações de agendas externas quando há dificuldade de acesso às informações ou há um canal restrito. Assim, a assinatura dos jornais, em meio digital, possibilita o acesso rápido aos periódicos específicos, em qualquer localidade do país ou mesmo fora dele.

2.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.7. Diante do exposto, sugerimos a Dispensa de Licitação como meio de contratação, uma vez que há enquadramento legal e tem sido o instrumento utilizado em contratações similares da Administração Pública.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A Aquisição por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, tem amparo legal no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

### 4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A assinatura digital deverá permitir à Contratante:

4.1.1. Acessar, irrestritamente, informações e notícias veiculadas nos jornais elencados neste Projeto Básico, utilizando smartphones, computadores e tablets;

4.1.2. Login e a senha devem garantir acesso a todo conteúdo exclusivo para assinantes dos periódicos solicitados pela Contratante à Contratada;

- 4.1.3. Utilizar tecnologia mobile (*IOS, Android e Windows*) sem custo adicional.
- 4.1.4. Os jornais deverão estar disponíveis para acesso *on-line* durante toda a vigência do contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ininterruptamente, a partir do momento da veiculação/disponibilização do editor;
- 4.1.5. Quando houver indisponibilidade de qualquer jornal a contratada deverá comunicar à Contratante, formalmente e de imediato, apresentando as justificativas, que serão avaliadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato;
- 4.1.6. Em caso de indisponibilidade de jornal identificada pelo Gestor/Fiscal do Contrato, a Contratada será notificada para regularizar o serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
- 4.1.7. Não será aceito, em nenhuma hipótese, o fornecimento de apenas um *login* e uma senha para acesso a mais de uma assinatura digital;
- 4.1.8. A Contratada deverá prestar suporte técnico à Contratante, mantendo *e-mail* e contato telefônico disponíveis e atualizados, durante toda a vigência do contrato;
- 4.1.9. A Contratada deverá fornecer relatório ou outra ferramenta de controle que permita a verificação de acessos (quantidade, data) por usuário, sempre que solicitado pela Contratante.

5. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 5.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra e sem regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante dispensa de licitação, na forma do Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.
- 5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 6.1.1. A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, conforme previsto no Inciso II, do art. 24º, da Lei nº 8.666/93.
- 6.1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum e continuado;
- 6.1.3. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a preservação do meio ambiente;
- 6.1.4. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.1.5. A contratada deverá fornecer mensalmente relatório ou outra ferramenta de controle que permita a verificação de acessos (quantidade, data).
- 6.1.6. Não será objeto do contrato qualquer forma de acesso a versão digital do periódico que contemple custo adicional ao da assinatura;
- 6.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 6.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

7. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. Até 12 horas antes do início da execução do objeto, a contratada deverá fornecer à contratante os *logins* e senhas de acesso digitais aos jornais, mesmo que temporariamente bloqueados.
- 7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 8.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação, previsto no Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

9. **DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características para dimensionamento da proposta:
- 9.1.1. A PROPOSTA que compreende a descrição do serviço pelo fornecedor, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Projeto Básico e em seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:
- 9.1.2. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura.
- 9.1.3. Declaração expressa de que nos preços da proposta estão incluídas todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Projeto Básico, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- 9.1.4. Composição de preços expressa em algarismos e por extenso, conforme especificações e condições deste Projeto Básico e seus anexos.
- 9.1.5. A razão social, o CNPJ, endereço completo, o número do telefone, *e-mail*; bem como o número de conta corrente, o nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.
- 9.1.6. Modelo de proposta com as especificações e quantitativos para formação de valores. Deverá ser preenchido pela proponente e enviado com a respectiva proposta.

10. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 10.6.2. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e ferramentas necessárias, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem defeitos ou incorreções, como *logins*, senhas e tecnologias, de maneira a não prejudicar o completo acesso aos veículos de comunicação.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 11.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, garantindo a quantidade de acessos e tecnologias adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Projeto Básico.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por servidor designado pela Administração ou seu substituto, no caso de ausência daquele.
- 14.2. O Fiscal verificará a especificação, quantidade e qualidade do serviço prestado.
- 14.3. A fiscalização do contrato, ao verificar imperfeições na prestação dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4. A conformidade dos serviços deve ser verificada pela fiscalização do contrato de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, observando a respectivas quantidades, especificações e forma de uso.
- 14.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O pagamento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar as não conformidades, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

14.11. A CONTRATADA, quando questionada, poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador, como por exemplo as tentativas frustradas de acesso fora do alcance de internet rápida.

14.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.

14.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização observará a responsabilidade da CONTRATADA sobretudo por eventuais prejuízos ou danos causados pelos responsáveis à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade mesmo com o acompanhamento pelo órgão interessado, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.16. Para comunicações entre a Contratante e a Contratada, referentes à fiscalização do contrato, serão utilizados o *e-mail*, documentos oficiais do SEI e telefone.

## 15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

15.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o MEC atestar a execução do objeto deste Projeto Básico.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, a obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o MEC.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes do pagamento ao Fornecedor, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

16.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, será providenciada a sua notificação por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MEC.

16.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MEC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do Fornecedor, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.10. Persistindo a irregularidade, o MEC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao fornecedor a ampla defesa.

16.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, podendo ser sobrestados até que o Fornecedor regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12. Quanto ao pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.13. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MEC, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(.6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

17.2. Após o interregno de um ano, e após solicitação da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0,$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

17.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

19. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais o Fornecedor que:

- 19.1.1. apresentar documentação falsa;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- 19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida no Projeto Básico;
- 19.1.5. não mantiver a proposta e não retirar a nota de empenho;
- 19.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.7. fizer declaração falsa;
- 19.1.8. cometer fraude fiscal; ou
- 19.1.9. incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

19.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o Fornecedor deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

19.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

19.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

19.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016.

a) advertência;

b) multa de:

- 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do MEC, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor total da aquisição dos produtos, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa no recebimento, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 20% (vinte por cento) sobre o valor da aquisição, pela inexecução total do contrato.

19.6.1. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

19.6.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

19.6.3. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do valor do serviço.

19.6.4. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.6.5. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

19.6.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.8. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º da Portaria MEC 120/2016, observada a seguinte ordem:

I – mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato/Nota de Empenho;

II – mediante desconto no valor das parcelas devidas ao Fornecedor;

19.8.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

19.8.2. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto, sendo dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

19.9. Nos casos de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente a multa, até a decisão final. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

19.10. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Projeto Básico poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

19.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## 20. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. A estimativa de preço para a execução dos serviços em tela é de **R\$ 1.071,00 (um mil e setenta e um reais)** anuais, conforme menor preço apresentado em pesquisa de preços efetuada pela Coordenação de Planejamento de Contratações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/SAA deste Ministério (SEI 3143580), em que se obteve o seguinte resultado:

Empresa: ELDEX Dist. de Jornais e Revistas Ltda.		Empresa: Seiselles Distribuição e Logística		Empresa: Banca opção Comércio de jornais e revista	
CNPJ: 10.719.671/0001-60		CNPJ: 10.445.514/0001-04		CNPJ: 03.496.130/0001-55	
Fone: (61) 3349-1344		Fone: (61) 3321-5533		Fone: (61) 3245-6881	
Valor Mensal	Valor Anual	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Mensal	Valor Anual
R\$ 26,25	R\$ 315,00	R\$ 30,00	R\$ 360,00	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
R\$ 37,00	R\$ 444,00	R\$ 35,00	R\$ 420,00	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
R\$ 26,00	R\$ 312,00	R\$ 35,00	R\$ 420,00	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
<b>R\$ 1.071,00</b>		<b>R\$ 1.200,00</b>		<b>R\$ 3.240,00</b>	

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1. Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

21.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também critérios elencados na Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

21.3. O CONTRATADO deverá adotar, no que couber, as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

21.4. Que os encartes deste Projeto Básico ou quaisquer outros documentos que precisem ser impressos, seja utilizado material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

21.5. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de maior impacto ambiental em relação aos seus similares;

21.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

21.7. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

21.8. Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de Produtos Perigosos.

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2022 e para os demais exercícios com os seus respectivos orçamentos.

22.2. A presente contratação consta do Plano Anual de Contratações Públicas - PAC /2022 (SEI 3143010).

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na contratação.

- 23.2. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico: [cgrl@mec.gov.br](mailto:cgrl@mec.gov.br).
- 23.3. Todos os quesitos inerentes ao material involuntariamente não explícitos neste Projeto, mas necessários à aquisição dele, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 23.4. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
- 23.5. Declaramos que o presente Projeto Básico está adequado com a legislação atual que rege a matéria.

Clementino Pereira Matos Neto, matrícula SIAPE nº 1757427 – Integrante Requisitante substituto

Jaime Batista Belém, matrícula SIAPE nº 50407 – Integrante Técnico

De acordo. Encaminhe-se à área demandante para aprovação.

VANESSA TORRES DANTAS

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Com base no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93, aprovo o Projeto Básico, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do material.

JUSSARA CARDOSO SILVA

Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Batista Belem, Chefe de Serviço**, em 21/02/2022, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Clementino Pereira Matos Neto, Servidor(a)**, em 22/02/2022, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Torres Dantas, Coordenador(a)-Geral**, em 22/02/2022, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Cardoso Silva Freitas, Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 24/02/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3143018** e o código CRC **19748576**.

1.